

Fernando Molica

Trump: Homer Simpson no poder

A maioria das críticas ao comportamento de Donald Trump evita dizer o óbvio: o sujeito está na Casa Branca por decisão soberana dos eleitores norte-americanos. Diferentemente do que ocorreu em 2016, em 2024 ele venceu também no voto popular, não apenas no Colégio Eleitoral.

Em linhas gerais, suas atitudes refletem desejos dos cidadãos dos Estados Unidos — e ele não pode ser acusado de ter sido insincero. Seus gestos, declarações e ameaças correspondem a promessas de campanha. Claro que ele inclui novidades, como a incorporação da Groenlândia, mas esse tipo de doideira é como uma espécie de improviso de um jazzista, algo diferente mas compatível com a linha melódica do tema.

Não deixa de ser surpreendente que a maior parte da população de um país como os EUA acredite nas incontáveis mentiras ditas por Trump. Mas isso está longe de ser algo novo: quem imaginaria que o instruído e ilustrado povo alemão permitisse algo muito grave, como a chegada dos nazistas ao poder?

Uma olhada mais cuidadosa mostra que o intervencionismo descarado de Trump tem muito a ver com uma face importante da cultura norte-americana, um país que aprendeu desde sempre a olhar, principalmente, para dentro de si. Até hoje, as competições mais importantes para a população dos EUA não são as internacionais, mas as disputas internas de basquete, futebol americano e beisebol.

Para muitos cidadãos de lá, o mundo que importa está dentro de suas fronteiras. Essa característica é bem visível na produção de filmes e seriados, principalmente dos mais antigos, que reforçavam a visão de uma classe média branca e excludente.

Na década de 1970, fez muito sucesso uma série chamada “Família Dó-Ré-Mi”, que tratava de banda formada por uma viúva e seus cinco filhos. Num dos episódios, a mãe fala sobre outras culturas e sugere preparar, a cada semana, um prato típico de país estrangeiro. Ao consultar a trupe sobre qual deveria ser o primeiro da lista, ouve a resposta unânime: hambúrguer. Ninguém queria experimentar o desconhecido.

Homer Simpson é, talvez, a melhor tradução dessa lógica que acha feio, estranho e perigoso o que não é espelho, que não reflete o universo de sua Springfield (uma vez li que este é o nome mais comum de cidades dos EUA). Uma vez, ele a família foram parar no estrangeiro, num país do hemisfério sul: Homer só queria saber se era verdade a história de que, do outro lado da Linha do Equador, a água da privada girava para o outro lado.

Seria até inocência achar que a ignorância em relação ao outro não é algo estratégico na cultura norte-americana. Povos desconhecidos geram menos empatia e solidariedade, tendemos a nos comover mais quando uma tragédia atinge um lugar que, por diferentes razões, nos seja mais próximo.

Em um país com tamanha tradição intervencionista, é até bom que seus cidadãos não saibam muito bem quem são haitianos, brasileiros, árabes, vietnamitas e — agora — dinamarqueses e groenlandeses. Nós, todos nós, somos os outros, representamos a ameaça, o invasor, o diferente. No fundo, Homer tem medo da gente e concorda que, de vez em quando, é bom distribuir umas chicotadas naqueles que, na sua precária visão de mundo, representam algum tisco.

Tales Faria

Delação de Vercaro assusta Brasília

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse à coluna que é “pouco provável” uma delação premiada de Daniel Vercaro, dono do Banco Master. Argumentou que há possibilidade de envolvimento de “membros do Judiciário” com o caso.

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), colocou todo o inquérito sob sigilo por haver alguém com foro privilegiado citado. Especula-se tratar de uma citação irrelevante envolvendo o deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), mas que serviu para colocar tudo sob sigilo.

Nesta quarta-feira, 21, o advogado Walfrido Warde deixou a equipe de defesa do banqueiro. Warde é conhecido como contrário a delações premiadas. Sua saída deflagrou expectativas de que Vercaro, preso no Aeroporto de Guarulhos quando viajaria a Abu Dhabi, estuda um acordo de delação. O banqueiro foi solto dois dias após a prisão.

O Master foi liquidado pelo Banco Central por operações suspeitas que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, classificou comotálvez, o maior escândalo da história do mercado financeiro no Brasil.

O banqueiro tornou-se conhecido por suas relações com nomes poderosos do centrão, da oposição, do governo e do Judiciário. Ostentava riqueza, levando políticos e celebridades para festas, iates e viagens em jatinhos e lugares luxuosos pelo mundo.

“O STF jamais aceitará uma delação que tenha membros do Judiciário envolvidos. Exceto se ele delatar só os da política e não fale sobre ninguém do Judiciário”, argumenta Sóstenes Cavalcante.

O possível envolvimento de poderosos leva a que muitos parlamentares evitem falar da possibilidade de delações. Outros, procuram demonstrar distanciamento de Vercaro e fazem até galhofa. É o caso do senador Esperidião Amim (PP-SC). Perguntado

se acha que haverá delação, ele respondeu: “Sonho que sim! Você já curtiu o Tayayá?”

Trata-se de uma referência ao resort no Paraná que teve como acionistas irmãos e um primo do ministro Dias Toffoli, mas passou a ser controlado, no final do ano passado, por um advogado goiano que atua para a JBS, dos irmãos Joesley e Wesley Batista.

O presidente nacional do partido de Esperidião, senador Ciro Nogueira (PI), é apontado no Congresso como grande amigo de Vercaro. Mas, da mesma forma que Toffoli, nada de ilegal foi relacionado.

Quando a Polícia Federal (PF) deflagrou a primeira fase da Operação Compliance Zero, além de prender o dono do Banco Master, um ex-sócio do banqueiro também foi alvo da ação: o empresário baiano Augusto Ferreira Lima. Ele figurou como um dos principais alvos da investigação por sua atuação anterior como ex-CEO do Master.

Lima foi responsável pelo cartão de crédito consignado Credcesta, que se tornou um dos pilares da estratégia de negócios de Vercaro. Deixou a sociedade em maio de 2024, mas em agosto de 2025 passou a controlar o Banco Pleno S.A. (antigo Banco Votter), concentrando ali os negócios de crédito consignado desenvolvidos sob sua liderança.

A ascensão de Augusto Lima no setor financeiro começou com a aquisição, em 2018, da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), estatal responsável pela rede de supermercados Cesta do Povo, em um processo de privatização promovido pelo então governador Rui Costa (PT), hoje ministro-chefe da Casa Civil.

Por tudo isso, é que o afastamento do processo de um advogado contrário a delações premiadas acendeu a luz vermelha em escritórios de várias alas do poder em Brasília.

Antonio Florencio de Queiroz Junior*

Turismo no Rio: lições para 2026

O último ano consolidou o Rio de Janeiro como uma potência turística em franca recuperação. A cidade mostrou capacidade de atrair visitantes em escala, manter relevância internacional e sustentar uma agenda de eventos que vai muito além dos grandes picos tradicionais. Os números que comprovam isso são robustos: no primeiro semestre de 2025, 6,8 milhões de pessoas visitaram a capital e foram responsáveis por movimentar R\$ 14,5 bilhões na economia e gerando uma alta de 26% na arrecadação de ISS. O fluxo internacional, um dos motores desse crescimento, ultrapassou 2 milhões de estrangeiros, um recorde. Dando sequência à retomada do Aeroporto do Galeão, este verão promete ser histórico, com potencial para atrair 5,7 milhões de turistas.

Contudo, um grande desafio continua no horizonte: levar essa pujança turística ao comércio varejista formal. Enquanto o turismo decola, o comércio no Rio enfrenta ventos contrários. Dados de Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE, mostram um recuo de 0,7% no volume de vendas no estado de outubro para novembro passado, em contraste com uma alta de 1% no Brasil como um todo. O Rio, no período, foi um dos únicos quatro estados no país que registraram queda nesse comparativo. Em termos de receita, houve uma leve alta (0,2%), mas também abaixo da média nacional (1%).

Na prática, o que fica claro é que o comércio no país todo vem enfrentando desafios e no Rio não é diferente, muito embora às vezes melhor, às vezes aquém dos índices nacionais. Mas, com essa pujança do turismo, 2026 é o ano de materializar essas conquistas em índices positivos para o comércio.

Estudo do IFec RJ aponta que essa retração no comércio, verificada já desde o primeiro semestre, deve-se a três freios principais: a economia informal, a manutenção do home office e o aumento da criminalidade, com roubo de cargas subindo 27,6%. A informalidade movimenta espantosos R\$ 163 bilhões no estado, criando concorrência desleal e drenando recursos do setor formal.

A lição central para 2026, portanto, é clara: é urgente alinhar o potencial do comércio à

força do turismo para um crescimento sustentável. A solução passa por expandir a força do varejo formal, combatendo a informalidade com firmeza, qualificando o atendimento e melhorando a experiência de compra para todos os turistas, o que inclui iniciativas simples, como melhor sinalização urbana para os turistas (inclusive nacionais).

Há vários caminhos para alavancar o comércio em 2026. Um deles é a implementação do programa Tax Free. Regulamentado em setembro de 2025, o sistema permitirá a devolução do ICMS a turistas estrangeiros em compras acima de R\$ 109,26. A iniciativa, que deve começar a operar em 2026 após licitação e credenciamento das lojas, é um divisor de águas. Estudos do setor estimam que a medida pode dobrar os gastos dos turistas internacionais, adicionando cerca de R\$ 2 bilhões à economia fluminense. E o melhor: é uma medida de implementação simples e eficaz, que não demanda graças recursos ou obras.

O ano que se inicia representa transição e oportunidade. O controle da inflação no país também é um sinal que alimenta otimismo. Outro elemento nacional que traz alguma esperança é a Selic, que, espera-se, em algum momento sairá de patamares tão altos e nocivos.

Mas o Rio, claro, não pode depender de fatores externos, assim como a cidade não pode depender apenas dos saltos isolados de grandes eventos. O setor, portanto, deve consolidar iniciativas como o “Rio o Ano Inteiro” e, principalmente, usar ferramentas como o Tax Free para converter seu sucesso turístico em desenvolvimento comercial integrado e distributivo. O caminho é transformar o visitante, que já desfruta das nossas belezas naturais e nossa cultura, em um consumidor assíduo dos produtos e serviços formais da cidade, gerando emprego, renda e arrecadação de forma mais equilibrada e perene. A Fecomércio RJ seguirá ativa nesse propósito de ajudar a cidade e o estado.

***Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ)**